

# OS CIRCUITOS DE TRABALHO INDÍGENA: OS PROFISSIONAIS INDÍGENAS COMO NOVOS SUJEITOS DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Wagner Roberto do Amaral – Universidade Estadual de Londrina

## Introdução

A experiência de gestão das políticas públicas de educação superior indígena, muito recente no Brasil, tem no estado do Paraná sua referência inédita e mais articulada do ponto de vista institucional, ainda que com imensas fragilidades (AMARAL, 2010). Essa experiência tem em sua centralidade as trajetórias dos acadêmicos indígenas e a organização das Instituições de Ensino Superior Públicas no Paraná, devendo esses percursos serem compreendidos e analisados como referências importantes para problematizar, propor e avaliar as ações realizadas e as que ainda não foram implementadas.

Os percursos trilhados pelos acadêmicos indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná desde o ano de 2002, tem se apresentado como um desafio no campo das políticas públicas de educação superior, considerando que a presença desses sujeitos no espaço acadêmico é nova e provocadora de significativas reflexões e possibilidades.

Importa compreender que os esforços empreendidos por esses acadêmicos, apoiados por suas famílias e pelas suas comunidades, numa teimosia educativa em pertencer simultaneamente a espaços tão dispare – as aldeias e a Universidade – tem resultado na constituição de um circuito de trabalho indígena focado por eles na ocupação de espaços institucionais em órgãos públicos gestores de políticas sociais. Vislumbra-se, portanto, a emergência da constituição de um novo sujeito indígena, com *status* profissional e intelectual, formado pelas universidades públicas e que passa a ser desafiado a manter seu duplo pertencimento na tarefa de executar e de gerir políticas públicas voltadas a seus grupos étnicos e à populações não indígenas residentes nos municípios onde estão localizadas as terras indígenas.

## O duplo pertencimento dos acadêmicos indígenas e a saga de ingresso e permanência no ensino superior no Paraná

A dinâmica de ingresso, permanência e conclusão dos estudos pelos indígenas na educação superior é um fenômeno recente, datado dos últimos dez anos no Brasil. Poucas pesquisas e estudos foram realizadas no país em torno desse fenômeno, mas as referências existentes buscam compreender como tem sido os percursos trilhados pelos acadêmicos indígenas principalmente acerca da sua permanência nas Universidades (PAULINO, 2008; CAPELO e AMARAL, 2004; RODRIGUES e WAWZYNIAK, 2009; AMARAL, 2010). Menos ainda têm se estudado sobre os percursos, as expectativas e as necessidades dos profissionais indígenas egressos do ensino superior e as instituições onde estão atuando.

A presença de indígenas na educação superior é emblemática e provoca muitas reflexões. Uma delas é a de evidenciar e, ao mesmo tempo, tentar superar a preconceituosa idéia de que índios são apenas aqueles residentes em florestas, no meio do mato, em aldeias, conforme dita os meios de comunicação em massa e ainda os livros didáticos (LUCIANO, 2006). A presença dos acadêmicos indígenas revela a possibilidade de afirmação de sua atuação enquanto sujeitos históricos, epistêmicos e políticos, daí, sua dimensão afirmativa, sendo esta caracterizada, fundamentalmente, numa perspectiva étnico-comunitária (AMARAL, 2010).

Para tanto, a política pública de educação superior indígena surgiu como uma necessidade produzida por estes povos e suas organizações políticas, inserida no contexto da sociedade capitalista e globalizada que, com o avanço das fronteiras urbanas e agro-industriais no país, passam a ofender e invadir os territórios habitados historicamente por diferentes grupos étnicos indígenas, dizimando parte dessas populações e influenciando suas identidades culturais e seus modos de vida (PACHECO DE OLIVEIRA; FREIRE, 2006). Na conjuntura atual, essa ofensiva do modo de produção capitalista tem perpassado para além das fronteiras do território indígena de forma mais sutil, abstrata e fragmentada, isto é, as novas gerações desses povos vão cada vez mais adquirindo as referências e os valores desse mundo moderno (LUCIANO, 2006). As fronteiras étnicas (BARTH, 1998) e sociais passam a ser manifestas nos rituais de troca e intercâmbio entre indígenas e não indígenas, por vezes de formas violentas e por vezes, por eles consensuadas.

Desde o período colonial, as ações de imposição econômica, política e ideocultural passam a criar e a recriar novas formas de subsistência nos territórios indígenas que, ao impor um modelo de escola, provoca processos de descaracterização da vida na aldeia. Como resposta, os movimentos indígenas têm crescido e se apropriado do espaço escolar e acadêmico, hoje, garantido legalmente. Essa nova ressignificação do território indígena que se deu a partir dos mecanismos postos pelo capital, agora estão intrínsecas dentro de seu espaço, isto é, das necessidades vivenciadas dentro de seu território, embora estes busquem manter parte de seu pertencimento étnico-cultural:

Não se trata de universalização da escolarização, mas da formação de indígenas altamente qualificados e comprometidos com a defesa dos seus direitos, a promoção da qualidade de vida das suas comunidades de origem, a gestão de seus territórios e o fortalecimento de suas organizações. As ações afirmativas de inclusão social nesta área devem conjugar uma perspectiva pluricultural que respeite a diversidade e as perspectivas indígenas diferenciadas, sob pena de se tornarem expedientes de controle e regulação burocrática das demandas de cidadania indígena. (PERES, 2007, p. 67).

No Paraná, a política de educação superior indígena está orientada na Lei nº 13.134/2001, alterada pela Lei n. 14.995/2006, que prevê aos povos indígenas residentes em território paranaense o direito de frequentar uma Instituição de Ensino Superior (IES), por meio de vagas suplementares e ingresso específico. A lei foi sancionada originalmente em 18 de abril de 2001, prevendo inicialmente três vagas para cada uma das Universidades Estaduais do Paraná, fato

inédito no país. Em 2006, a lei foi alterada garantindo seis vagas suplementares para cada universidade paranaense. Emergiu então o primeiro desenho institucional de política pública de educação superior indígena no país, seguido de outros formatos em diferentes Universidades. A legislação garantiu também aos acadêmicos indígena o direito a uma bolsa auxílio cujo valor foi progressivamente elevado ao longo da década.

No período de 2002 a 2008, as IES estaduais paranaenses disponibilizaram 189 vagas para indígenas, sendo aprovados 173 candidatos indígenas e, destes, matriculados 139 estudantes índios, permanecendo matriculados no ano de 2008 apenas 76 deles. Cerca de 56,6% das vagas foram ocupadas por membros das comunidades Kaingang haja vista que esse grupo étnico se apresenta demograficamente com maior número de habitantes indígenas no território paranaense, seguida da população Guarani.

No ano de 2008, estavam concluindo os estudos e já formados quatorze estudantes, representando 29,4% dos ingressantes no período de 2002 a 2004<sup>1</sup>. Um dado emblemático refere-se ao alto índice de evasão sendo que, dos 139 matriculados, cerca de 61 evadiram (43,9%) por motivos diversos (AMARAL, 2010). Esses dados revelam as tentativas ainda frustradas de abrir o espaço acadêmico aos povos indígenas, uma vez que garantir o acesso sem consolidar a permanência não efetiva esse processo de democratização. Lembrando ainda que o espaço acadêmico revela características europeizadas, monoculturais, homogêneas e preconceituosas, mas que também pode passar a ser espaço de protagonismo e reconhecimento das potencialidades dos estudantes indígenas.

A partir do ingresso na universidade, os estudantes indígenas passam a viver seu processo formativo em trânsito entre suas aldeias de origem e a cidade. O fato das terras indígenas estarem geograficamente localizadas longe das cidades, muitas vezes em locais de difícil acesso, se observa a necessidade dos estudantes indígenas passarem a ocupar não só o espaço acadêmico, mas também morarem na cidade. Para tentarmos analisar os percursos trilhados cotidianamente por esses estudantes, buscamos compreendê-los como sujeitos de um duplo pertencimento: o pertencimento acadêmico e o pertencimento étnico-comunitário. Amaral (2010) considera o duplo pertencimento primordial para a permanência dos estudantes indígenas na universidade, visto que encontram a possibilidade de articularem-se ora indígenas, ora estudantes universitários, ocupando um território por eles novo e não conhecido.

O duplo pertencimento carrega conceitualmente a lógica das possibilidades de permanência do e pelo estudante indígena na universidade, diante da permanente tensão e diálogo entre universos e sujeitos distintos e ao mesmo tempo relacionais. Estes passam a definir um novo campo de fronteira entre os diferentes grupos étnicos presentes (e alguns, sobreviventes) na universidade e entre esses e os diferentes sujeitos não indígenas que participam e constituem o ambiente universitário. (AMARAL, 2010, p. 278)

---

<sup>1</sup> Esse período de quatro anos (2002 a 2004) representa o tempo médio possível para um estudante indígena ingressar e concluir seus estudos. Dados extraídos da pesquisa realizada por Amaral (2010).

Nessa perspectiva, os acadêmicos indígenas encontram-se diante de uma fronteira social e cultural entre a aldeia e a cidade, pela qual precisam estar em constante exercício de trânsito e circulação, pois é fundamental que se reconheçam indígenas, que mantenham os vínculos estabelecidos com suas comunidades de origem, mas que também ocupem a universidade e estabeleçam relações que venham a facilitar sua permanência neste novo espaço.

Ainda que ingressantes na universidade e em processo de identificação, ocupação e estabelecimento de relacionamentos neste novo espaço social, os estudantes indígenas não podem perder de vista seu pertencimento étnico-comunitário, ou seja, sua identidade enquanto índio<sup>2</sup>. Se sentir indígena – Kaingang, Guarani ou de outro grupo étnico – e pertencente a uma comunidade é fundamental para esses sujeitos que passam a carregar consigo as possibilidades, expectativas, necessidades e relações de poder faccionais – dependendo do grupo familiar que estejam vinculados –, existentes em suas comunidades de origem. Esse pertencimento inicia-se com a inscrição anual dos candidatos indígenas ao Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná<sup>3</sup>, que, dentre os documentos a serem apresentados, precisam apresentar uma declaração do cacique da terra indígena em que pertencem para homologação nesse processo.

Uma das perspectivas para compreender o lugar e o sentido atribuído à universidade pelos estudantes indígenas refere-se à possibilidade desses sujeitos assumirem postos de trabalho tradicionalmente desenvolvidos por profissionais não indígenas, principalmente em órgãos públicos gestores e executores de políticas sociais nas aldeias e no seu entorno. Assim, emerge a preocupação em formar médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes sociais, advogados, pedagogos, professores, dentre outros profissionais para atuarem em espaços ocupacionais existentes nas terras indígenas e/ou no seu entorno. Com isso, os indígenas podem reconhecer e conquistar o espaço acadêmico e os novos espaços e postos de trabalho que para eles se abrem, ocupando-os, partindo de uma perspectiva étnica, sendo protagonistas da história e não mais tutelados.

### **Os percursos para a constituição dos circuitos de trabalho indígena**

Constata-se que as opções profissionais realizadas pelos estudantes indígenas (por ocasião das edições do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná ou pelas transferências de cursos e IES), bem como as relações de retorno à comunidade, construídas durante e após a conclusão do curso, estão vinculadas à constituição deste novo circuito de trabalho indígena.

---

<sup>2</sup> Fundamental salientar que a categoria “índio” foi uma criação genérica atribuída pelos europeus que aqui chegaram, nominando as populações que habitavam esse território. Com a constituição das organizações e movimentos indígenas no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, ficou definidas por elas que, apesar da genericidade desse conceito, este passa a ser por eles apropriado como uma categoria de unidade às suas lutas e reivindicações, considerando os diferentes grupos étnicos existentes no país (LUCIANO, 2006).

<sup>3</sup> O ingresso de indígenas nas Universidades Públicas do Paraná vem se realizando desde o ano de 2002 por meio de concursos vestibulares interinstitucionais e específicos para os povos indígenas, coordenado pela Comissão Universidade para os Índios (CUIA) vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Desse modo, a centralidade desse circuito está na emergência dos novos profissionais indígenas recém-formados pelas universidades, bem como no acolhimento político-comunitário interno e na vinculação deles para ocupar espaços e postos de trabalho nas comunidades.

Segundo Amaral (2010), as áreas profissionais mais procuradas e incididas pelos indígenas são a educação (representando 46,6% do total) e a saúde (representando 26,6%), ao considerar os cursos por eles matriculados. Observa-se que as demais áreas profissionais também são fundamentais para o desenvolvimento das terras indígenas, vindo a instigar a possível criação de postos de trabalho nas aldeias e fora delas, os quais venham a absorver essa nova força de trabalho.

Importante informar que o novo circuito de trabalho indígena expressa as influências que a formação acadêmica, após o ingresso dos indígenas no ensino superior, passa a denotar aos circuitos já existentes nas terras indígenas e fora delas. Neste sentido sua emergência é contextualizada diante dos empreendimentos históricos realizados pelo Estado brasileiro (desde o período colonial e principalmente no século XX, estendendo aos dias atuais) através do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), em arremeter, contratar e treinar indígenas para ocupar postos de trabalho dentro destas instituições e atuantes nas terras indígenas.

Longe de ocultar as relações de trabalho envolvendo os índios há décadas existentes nas terras indígenas e fora delas, esse conceito intenciona revelar e problematizar as potenciais implicações e transformações que podem acompanhar as perspectivas formativas desenvolvidas pelas universidades. Destaca-se, nesta lógica, que a adjetivação inovadora denotada ao conceito referido instiga a reflexão não somente sobre a histórica existência de um circuito nas terras indígenas envolvendo os índios, mas também provoca a indagação sobre até que ponto o mesmo passa a ser renovado com a presença dos novos profissionais.

Nessa lógica, os circuitos de trabalho indígena que passam a se constituir recentemente pela formação e profissionalização de indígenas no ensino superior público, podem instaurar um novo momento na história do desenvolvimento social, cultural, político, territorial e econômico dos povos indígenas do Brasil, dependendo da direção, intencionalidade e qualidade deste processo formativo, bem como do nível das mudanças na cultura organizacional das agências oficiais ora existentes, a serem protagonizadas pelos novos profissionais índios. Emerge desta forma no Brasil o debate sobre a nova relação entre os povos indígenas e o Estado brasileiro (pós-Constituição Federal de 1988) e sobre qual política indigenista se quer desenvolver, tendo em vista a garantia da participação efetiva dos povos indígenas (LIMA, 2002).

Fundamental ainda contextualizar que os processos de formação, qualificação e profissionalização de indígenas no ensino superior encontram-se ancorados e balizados pela Convenção n.º 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Governo Federal brasileiro no ano de 2004, e que, ao reconhecer a fundamental autonomia dos diferentes

povos e comunidades tribais, estabelece também pressupostos e garantias legais acerca da contratação e relações de emprego que envolvam povos indígenas e tribais.

Nesse contexto, o novo circuito de relações profissionais que possivelmente se caracteriza específico em cada uma das comunidades Kaingang e Guarani (haja vista as históricas relações de poder nelas existentes) tem como referência inicial as instituições governamentais presentes e atuantes nas terras indígenas, com destaque para:

- a FUNAI, com profissionais ocupando as funções de agrônomo, técnico agropecuário, professor, assistente social, chefia de posto indígena, administrador regional e das coordenações técnicas locais, servidores administrativos, dentre outras;
- Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, orientados pela recém criada Secretaria Especial de Saúde Indígena no Ministério da Saúde (anteriormente sob responsabilidade da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA), com profissionais ocupando as funções de médico, dentista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem, agente comunitário de saúde, auxiliares administrativos, dentre outras;
- as Prefeituras Municipais, com profissionais vinculados às áreas da assistência social, de educação, de saúde, de cultura, turismo, dentre outras;
- as Secretarias de Estado da Educação, com profissionais ocupando as funções de professor em diversas licenciaturas, diretor, pedagogo, auxiliar de serviços gerais e técnico administrativo nas escolas indígenas, dentre outras instituições e funções.

A partir de pesquisa realizada junto aos acadêmicos indígenas vinculados às Universidades Estaduais do Paraná, Amaral (2010) constata o interesse desses sujeitos pela ocupação de postos de trabalho principalmente no setor público, com incipiente intenção de emprego em empresas privadas na indústria, no comércio, no setor de serviços ou mesmo no setor primário (agricultura, pecuária, dentre outras), caracterizando-se a intencionalidade da formação de servidores públicos indígenas, mesmo que as decorrências desse interesse não se apresentem suficientemente debatidas. Segundo Capelo e Tommasino (2004, p.24),

O jovem indígena postula o ingresso na universidade por absoluta necessidade de se inserir no mercado de trabalho em melhores condições de competir até mesmo com os profissionais que atualmente prestam atendimento às comunidades indígenas. Trata-se de um mercado de trabalho que inclui prestação de serviços médicos, odontológicos, educacionais, assistência agro-pecuária, entre outros que são exercidos por não índios dentro das próprias comunidades indígenas. [...] cada vez mais os jovens indígenas têm, como projeto de vida, tornar-se funcionário da FUNAI (técnico agrícola, indigenista, motorista), da FUNASA (agente de saúde, enfermeiro, dentista, médico) ou professor das escolas de suas aldeias [...] Portanto, a grande aspiração dos jovens índios é ter um emprego fixo e alguns já se encontram nessa situação, incentivando a busca da escolarização e profissionalização.

A ofensiva e a expectativa da ocupação dos postos de trabalho nessas instituições pelos novos profissionais indígenas podem provocar novos conflitos, consensos e concorrências locais, vindo a determinar reorganizações nas esferas e relações de poder nas comunidades. Na lógica da constituição de circuitos de trabalho especificamente indígena nas aldeias, um dos aspectos

observados trata das expectativas e da relação dos povos e comunidades indígenas principalmente com a FUNAI<sup>4</sup>.

A emergência e a formação dos novos profissionais indígenas parecem renovar o perfil profissional anterior, em que muitas lideranças indígenas passaram a vincular-se à FUNAI como servidores públicos de carreira, sem necessariamente possuir uma graduação profissional ou concurso público, sendo esta uma estratégia do Estado brasileiro (desde a criação do SPI e posteriormente da citada Fundação) em sequestrar cultural e subjetivamente estes sujeitos a serviço da política de integração nacional e como uma de suas formas de controle e de legitimação de suas políticas<sup>5</sup>. Entende-se também que esse tipo de envolvimento, ainda que complexo, pode ser também compreendido dialeticamente como uma forma estratégica de ocupação e resistência dos espaços institucionais pelos indígenas, não havendo, contudo, uma profunda reflexão sobre suas implicações.

Faz-se importante ainda problematizar qual será a participação dos caciques e lideranças indígenas no processo de definição de ocupação das vagas potenciais de trabalho a serem abertas por instituições públicas nas aldeias, mesmo considerando a ordem de classificação dos profissionais selecionados por processos de seleção temporária<sup>6</sup> ou mesmo pelos concursos públicos. Pode-se pressupor que, assim como a anuência para a inscrição dos candidatos indígenas para os vestibulares específicos é de responsabilidade das lideranças indígenas locais, também deles poderá ser a autoridade de definir quem ocupará as vagas a serem disponibilizadas, sob risco de rejeição de profissionais índios oficialmente selecionados e não aceitos pela comunidade.

Essa equação entre as regras gerais previstas nos processos públicos de seleção profissional, as normas e protocolos políticos internos nas terras indígenas e a capacidade técnica dos profissionais selecionados deve ser objeto de reflexão e aprofundamento às instituições públicas que atendem as comunidades indígenas.

---

<sup>4</sup> Apesar da FUNAI, ao longo de sua história institucional, ter arrematado, contratado e capacitado inúmeros indígenas para ocuparem postos de trabalho estratégicos na sua estrutura, como forma de reprodução e legitimação de seus objetivos, evidencia-se um novo perfil de servidor público indígena se constituindo no Brasil por meio do ingresso de jovens índios nas universidades públicas. Importante ressaltar a incipiente reflexão acerca deste fenômeno e de referenciais bibliográficos, bem como das decorrências deste processo de contratação, principalmente por meio de concursos públicos específicos, haja vista a natureza de vinculação nos planos de carreira e da estabilidade dos servidores. Entende-se que esse debate seja fundamental principalmente pela necessária adequação nos processos de contratação, remoção e transferência de servidores indígenas entre municípios e estados quando de situações de conflito étnico ou interétnico local ou estadual.

<sup>5</sup> Para aprofundamento teórico sobre as práticas de controle nas organizações, bem como o conceito de sequestro da subjetividade nas instituições, ver: FARIA, 2007.

<sup>6</sup> Importante ressaltar que os professores indígenas, bem como os auxiliares administrativos e auxiliares de serviços gerais inscritos e classificados pelos Processos Simplificados de Seleção (PSS) realizados pela SEED/PR, somente são efetivamente contratados se apresentarem a Carta de Anuência do cacique autorizando-o a ocupar a vaga, independente da ordem de classificação em que se encontrar. A partir da leitura e da análise dos diversos documentos produzidos e disponibilizados por essa Secretaria de Estado constata-se que esta tem sido uma estratégia de respeito às diferentes formas de organização local, garantindo-se a participação e a decisão pelos caciques e lideranças sobre quais professores ocuparão os respectivos espaços de trabalho. Entende-se que se faz necessário a aprofundada avaliação e análise sobre a estratégia ora referenciada, utilizada não somente no Estado do Paraná, mas também em outros estados e regiões do país. Informa-se sobre o reduzido número de referências sobre essa questão.

Segundo Amaral (2010), a partir de pesquisa realizada com estudantes indígenas de Universidades Públicas paranaenses, esses sujeitos evidenciam a existência de relações de tensão e concorrências entre os novos profissionais indígenas e os profissionais não indígenas formados e que atuam na mesma área e na mesma terra indígena. Nota-se que este debate e enfrentamento podem se apresentar mais explícitos na área da educação escolar, uma vez que todas as escolas indígenas do Paraná, como em outros estados brasileiros, foram efetivamente estadualizadas a partir do início do ano de 2009, estando sob responsabilidade de apenas uma instituição mantenedora, a Secretaria de Estado da Educação, sendo anteriormente municipalizadas (AMARAL, 2010). Este avanço, previsto na legislação educacional brasileira desde o ano de 1999, possibilita a definição de um sistema mais adequado e integrado de seleção, contratação, formação inicial e continuada dos profissionais indígenas da educação, bem como a criação de mecanismos de controle social pelas comunidades e lideranças indígenas junto ao Estado.

Esses processos instauram uma renovação nos circuitos de trabalho existentes na área da educação nas terras indígenas, podendo provocar uma transição do atual e majoritário quadro profissional não indígena para um majoritário quadro de profissionais índios habilitados nas escolas indígenas. Esse cenário pode potencializar as relações de conflito e resistência por parte de todos os envolvidos, dada a existência de profissionais indígenas que possuem vínculo com o cacique e lideranças de determinados grupos faccionais e que não necessariamente sejam aprovados em concurso público específico. É possível haver também a posição por parte de caciques que queiram priorizar a permanência de profissionais não índios nas escolas dada as negociações existentes com a sociedade local envolvente e, muitas vezes, pela descrença na capacidade dos profissionais indígenas recém-formados<sup>7</sup>.

Outrossim, esse cenário apresenta-se desafiador para os estudantes indígenas vinculados a cursos de licenciaturas nas universidades, bem como para os profissionais recém-formados nessa área. Segunda pedagoga Kaingang recém formada entrevistada por AMARAL (2010, p. 479):

Era das lideranças e como também tem lideranças não indígenas lá dentro, eu acho que eles conversavam entre eles mesmos ali... porque eu percebia isso aí, que os não indígenas que estavam lá dentro não queriam que eu voltasse lá lecionar com eles, porque eles achavam que ia sentir superior a eles. [...] Eles achavam que eu ia voltar diferente lá. [...] Eles falavam que era chato o comentário que eles faziam, porque eu ia chegar lá e ia pegar o lugar das não indígenas que estavam lá e elas não queriam perder o lugar, e que não deveria voltar lá. [...] Eu acho que ia acontecer porque... lá [na terra indígena] ia acontecer, porque as lideranças não acreditavam muito nas potencialidades que o indígena pode dar. [...] Eles achavam que nós indígenas não tínhamos capacidade de mudar. A própria liderança tinha esse pensamento, e achavam que os não indígenas é que tinham que mudar lá dentro, que tinha essa habilidade pra fazer essa mudança.

---

<sup>7</sup> Não foram encontrados pesquisas e estudos sistematizados que façam referência a esses fenômenos no Paraná, demandando, desta forma, a necessária investigação acadêmica sobre eles.

A entrevistada evidencia a posição de lideranças indígenas e não indígenas (não explicita se essas últimas são especificamente da FUNAI) que atuam na comunidade e que não acreditam na potencialidade de profissionais indígenas, vindo a ser, para eles, uma possível concorrência com os atuais quadros profissionais lá atuantes.

Faz-se necessário destacar que a referida potencialidade evidenciada pela entrevistada esteja relacionada à capacidade técnica do novo profissional, se comparada aos profissionais atuantes nas comunidades, alguns há um tempo bastante prolongado. Porém, também se faz importante problematizar se a tal potencialidade não está relacionada à posição política interna que o novo profissional indígena pode assumir na comunidade, dependendo inclusive do grupo faccional e familiar a que pertence. Outrossim, esse cenário apresenta-se desafiador para os estudantes indígenas vinculados a cursos de licenciaturas nas universidades, bem como para os profissionais recém-formados nessa área.

Conforme evidenciado, a atuação dos profissionais indígenas nas aldeias pode estar vinculada à política interna em cada uma das comunidades e ao acompanhamento comunitário da trajetória estudantil dos acadêmicos indígenas. Segundo Amaral (2010, p. 481) vários entrevistados explicitaram as relações políticas internas como um elemento definidor para o seu possível retorno à comunidade, considerando a existência de relações políticas entre diferentes grupos locais e a necessidade de eles desejarem o retorno dos profissionais indígenas recém-formados:

Eu vou. Tem que ir, né? A não ser que eles não me queiram, né? Porque em qualquer lugar, hoje, tem política. Até dentro da aldeia, agora, tem política. Então, assim como tem gente que gosta, pode ser que tem gente que não gosta. (Estudante Guarani do curso de Odontologia)

Só se eles não gostarem mesmo da pessoa, da gente. Daí, eu não sei... [...] porque, você sabe, dentro da reserva tem muita política, um puxa para um lado, outro puxa para outro, então, a gente fica assim, no meio, nem para esse nem para aquele. Então, tem todo esse... (Estudante Guarani do curso de Pedagogia)

Olha, eu acredito que é menos provável [que o entrevistado possa ser criticado na comunidade]. É mais fora para tentar me atacar lá dentro. É muito, muito menos provável porque não vai chegar a tanto. Porque a gente queira ou não queira, um dia vai acontecer, a gente mostra a realidade. A realidade é essa, né? Então, eu acredito que seria muito difícil. Mas eu tenho que ter cautela. Eu vou ter que transitar em vários meios. Hoje, eu faço parte da CNPI que é a Comissão Nacional de Política Indígena e discute vários temas. Mas a gente sabe que tem pessoas que já ficam assim: - O cara representa vocês, já vai fazer isso... Então, são questões que tem que saber levar e trabalhar, né? Eu aprendi isso na universidade, esse jogo de cintura político que eu não tinha. Então, tem que saber a hora de recuar, a hora de ir para frente... (Estudante Kaingang do curso de Direito)

Interessante observar que a inédita emergência dos novos profissionais indígenas, bem como dos novos circuitos de trabalho, é acompanhada pelo reconhecimento de quem é

profissional indígena e de quem não é reconhecido e legitimado como tal, sendo este um dos reflexos dos conflitos internos locais. Os relatos dos entrevistados evidenciam o significativo papel dos estudantes indígenas universitários, futuros profissionais indígenas, na mediação das políticas internas, interaldeias e interétnicas como potenciais técnicos, lideranças e intelectuais de seu povo e de suas comunidades. Este aspecto se relaciona com o ineditismo e pioneirismo político, acadêmico e profissional indígena, por eles manifestados ao evidenciarem as incertezas e o orgulho em estarem, possivelmente, dentre os primeiros profissionais indígenas do Brasil, podendo ser afirmativo pelas oportunidades de acesso às instituições que contratam esses profissionais ou que fomentam pesquisas na área.

por ser um dos primeiros profissionais, médicos, então, pra gente que vai começar, né? E sendo os primeiros, pode ser até mais fácil de conseguir alguma coisa. (Estudante Guarani do curso de Medicina)

Eu não conheço nenhuma [dentista indígena]. Pelo menos, aqui no Paraná, tem o M., irmão da A., que terminou o ano passado. Trabalha lá em Santa Amélia. Na cidade. Na terra indígena não. Eu não sei te responder por que. Mas eu sei que ele trabalha na cidade. [...] Ah... tem que ter um reconhecimento, né? Poxa vida, não é todo o ano que se forma uma dentista indígena. Pode ser só pela mídia, pela TV, que você vê algum documentário... (Estudante Guarani do curso de Odontologia)

Interessante observar que a inédita emergência dos novos profissionais indígenas, bem como dos novos circuitos de trabalho, é acompanhada pelo reconhecimento de quem é profissional indígena e de quem não é reconhecido e legitimado como tal, sendo este um dos reflexos dos conflitos internos locais.

Nos relatos foi unânime a intenção de todos os entrevistados em retornar e trabalhar na e(ou) pela comunidade, possibilitando a compreensão desta expressão como uma das marcas de seu pertencimento étnico-comunitário. Constata-se que a comunidade indígena passa a ser o *locus* preferencial de constituição do que se denomina novos circuitos de trabalho indígena. No entanto, relatam expectativas diversas de residência e de vinculação profissional dentro e fora das comunidades indígenas. Uma delas refere-se à intenção de residência permanente na comunidade, atuando em serviços públicos na aldeia.

Diante desses desafios, os novos profissionais indígenas trazem na sua bagagem formativa os conhecimentos acadêmicos sistematizados buscados e aprendidos na universidade e colocados, possivelmente, a serviço das comunidades, podendo vir a re-caracterizar o perfil de servidor público indígena que venha nelas atuar. A presença e atuação desses profissionais ocupando cargos e funções em diferentes instituições governamentais, podem provocar transformações em médio e longo prazo, vindo a alterar a cultura organizacional e a característica pública de seu atendimento. Essa perspectiva pode se efetivar dependendo da qualidade da sua formação acadêmica, do nível de envolvimento e adesão dos recém-formados às instituições contratantes, bem como do seu pertencimento étnico-comunitário, resistindo às sutis estratégias

de sequestro subjetivo pelas dinâmicas institucionais, historicamente constituídas pelas organizações públicas e privadas nos moldes capitalistas. Faz-se fundamental também aprofundar os estudos junto aos acadêmicos e profissionais indígenas e suas famílias, bem como com as lideranças indígenas, as experiências e expectativas postas acerca do recorrente retorno dos graduados às terras indígenas, atendendo às suas demandas e necessidades, considerando as complexidades que estão postas nesse processo.

## **Considerações Finais**

Os aspectos apresentados nesse trabalho refletem a possibilidade dos acadêmicos e profissionais indígenas tornarem-se cada vez mais sujeitos do seu processo formativo, tendo em vista as possibilidades que para eles se abrem na ocupação dos atuais e de novos postos de trabalho em suas comunidades de origem, em outras terras indígenas, na esfera municipal, estadual e federal, fundamentalmente na gestão das políticas públicas.

Trata-se não somente da constituição de novos circuitos de trabalho indígena, mas fundamentalmente, na possibilidade de construir, reconhecer e dar visibilidade à novas lógicas de gestão das políticas sociais públicas, mediadas por sujeitos pertencentes a diferentes grupos étnicos e que, mediados por seu duplo pertencimento, transitam por diferentes cosmologias e especificidades na organização social e política de suas comunidades. Importa revelar a emergência de um novo tipo de profissional que se reconhece indígena e que pode vir a assumir sua condição enquanto intelectual orgânico de sua comunidade e de seu grupo étnico (PAULINO, 2008), se compreendendo e se reconhecendo em espaços contraditórios que não foram formatados para atender os interesses dos povos indígenas, mas que podem ser por eles ocupados e recriados.

## **Referências**

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998

CAPELO, Maria Regina C.; AMARAL, Wagner R. Quando a diferença faz a diferença: a presença de índios na Universidade Estadual de Londrina. **Educação e Linguagem**, v.7, n. 10, p.168-190, 2004.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**. Curitiba: Juruá, 2007. v.1, 2 e 3.

LIMA, Antonio C. de Souza. **Estado e povos indígenas no Brasil: bases para uma nova política indigenista**, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

LIMA, Antonio C. de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). **Seminário Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil:** políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/ Museu Nacional, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; FREIRE, Carlos A. da R. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

PAULINO, Marcos M.. **Povos indígenas e ações afirmativas:** o caso do Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PERES, Sidnei C. Ação afirmativa e direitos culturais diferenciados – as demandas indígenas pelo ensino superior. In: LIMA, Antonio C. de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). **Seminário Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil:** políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados. Rio de Janeiro: Museu Nacional/LACED, 2007.

RODRIGUES, Isabel C.; WAWZYNIAK, José Valentim. **Inclusão e permanência de estudantes indígenas no ensino superior público no Paraná** – reflexões. 2006. Disponível em: <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/relatoriocuia>. Acesso em: 15 mar.2009.